



# DO APRISIONAMENTO DO CORPO AO APRISIONAMENTO DA MENTE: UM OLHAR NEGRO PARA O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER NEGRA NO CÁRCERE

FROM IMPRESSION OF THE BODY TO IMPRESSION OF THE MIND: A BLACK LOOK AT WOMEN'S PSYCHIC SUFFERING BLACK IN JAIL

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins <sup>1</sup>

**Manuscrito recebido em:** 09 de junho de 2022.

**Aprovado em:** 23 de dezembro de 2022.

**Publicado em:** 06 de janeiro de 2023

## Resumo

**Introdução:** O universo carcerário consiste num campo pouco explorado e invisibilizado pela sociedade, pouco se conhece sobre sua multidimensionalidade e complexidade, sobretudo, a condição das mulheres negras no cárcere e os atravessamentos que as cometem. **Objetivo:** Evidenciar a saúde mental das mulheres negras aprisionadas, e as implicações do racismo para a constituição da subjetividade, relativizar com a racialização das leis, das políticas públicas de saúde e a política de segurança pública. **Método:** A metodologia foi realizada e fundamentada pelas lentes conceituais fornecidas pela abordagem interseccional como ferramenta de análise. Utilizei oficinas de escritas, com leituras prévias dos livros Carolina Maria de Jesus e o uso de dados de documentos do projeto Cartas do Cárcere. **Resultados:** As narrativas expressas nas oficinas evidenciaram apelos, confissões, angústias, desesperanças, e que o cárcere desempenha, em nosso tempo, o sequestro da palavra, assim as cartas configuraram resistência a esse processo de violento silenciamento. Considerando que as taxas de transtornos mentais são mais elevadas em pessoas privadas de liberdade associado ao confinamento e a determinantes sociais como o preconceito racial, a desigualdade social e de gênero. **Conclusão:** Este estudo revelou a complexidade de trabalhar com um quadro que reflete um contexto estrutural de discriminação, subalternização e precarização da mulher encarcerada, com isso a urgência na inversão da lógica do pensamento hegemônico. Todavia destaco a relevância das oficinas que mitigaram alívio aos sofrimentos psíquicos que passam cotidianamente as aprisionadas, contribuindo para que acionassem mecanismos inconscientes para elaborar e ressignificar suas existências dentro e fora do cárcere.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras e Encarceramento; Sofrimento Psíquico; Escritas no Cárcere.

## Abstract

**Introduction:** The prison universe consists of a field little explored and made invisible by society, little is known about its multidimensionality and complexity, above all, the condition of black women in prison and the crossings that commit them. **Objective:** To highlight the mental health of imprisoned black women, and the implications of racism for the constitution of subjectivity, relativize with the racialization of laws, public health policies and public security policy. **Method:** The methodology was carried out and supported by the conceptual lenses provided by the intersectional approach as an analysis tool. I used writing workshops, with previous readings of the Carolina Maria de Jesus books and the use of document data from the Cartas do Cárcere project. **Results:** The narratives expressed in the workshops showed appeals, confessions, anguish, hopelessness, and that prison plays, in our time, the kidnapping of the word, so the letters configured resistance to this process of violent silencing.

<sup>1</sup> Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8676-4516> E-mail: [psilumart@gmail.com](mailto:psilumart@gmail.com)



Considering that the rates of mental disorders are higher in people deprived of liberty associated with confinement and social determinants such as racial prejudice, social and gender inequality. **Conclusion:** This study revealed the complexity of working with a framework that reflects a structural context of discrimination, subordination and precariousness of incarcerated women, with that the urgency of inverting the logic of hegemonic thinking. However, I highlight the relevance of the workshops that mitigated the psychic suffering that the prisoners experience daily, contributing to triggering unconscious mechanisms to elaborate and reframe their existences inside and outside prison.

**Keywords:** Black Women and Incarceration; Psychic Suffering; Writings in Prison.

## INTRODUÇÃO

O encarceramento em massa de pessoas negras está imerso em um contexto de decisões políticas institucionais estruturadas em respostas rápidas e confortáveis para pouco de brasileiras/os, aumentando o arbítrio e a violência de Estado dirigido as populações vulnerabilizadas. Com isso torna-se fundamental compreender o sistema prisional a partir de quem o integra, o que pode revelar imagens sobre a sociedade e seus pactos políticos que costumam ser obscurecidos e invisibilizado intencionalmente como forma de calar vozes de sujeitos histórico e socialmente discriminados e marginalizados.

De acordo com o último levantamento do Departamento Penitenciário Nacional, o Brasil ocupa o terceiro lugar de maior população carcerária do mundo. Os dados sobre essa realidade mostram ainda uma realidade mais alarmante sobre a população feminina aprisionada que aumentou 656% entre 2000 e 2016, enquanto, no mesmo período, a população masculina cresceu 293%, além disso o grupo populacional carcerário que mais cresce no Brasil é de mulheres jovens pretas e pardas representando 62% da população carcerária feminina brasileira. Ademais, dentre as presas, 45% são provisórias, ou seja, não foram ainda julgadas (Brasil, 2017).

Conforme o mesmo levantamento, a prevalência de doença mental entre a população privada de liberdade está no percentual de 42%, ao passo que na comunidade em geral é de 15%, e, a ocorrência é mais acentuada em mulheres do que em homens, destas 80%, já fizeram uso ou estão sob efeito de medicamentos controlados e reguladores de humor. Quanto a ocorrência de tentativas e de suicídios, os dados estimam que as chances de uma mulher aprisionada se suicidar são até 20 vezes maiores entre a população prisional, quando comparada à população brasileira total (Brasil, 2017).



## RELATO DA EXPERIÊNCIA

Posto isto, este relato de experiência parte da relevância de evidenciar o encarceramento de mulheres negras, por estas representarem a maioria nas unidades prisionais no Brasil, do mesmo modo serve de instrumento para evidenciar as vozes dessas mulheres silenciadas pelo encarceramento, pela exclusão e cicatrizes sociais e subjetivas deixada pela escravidão aviltante, cujas condições de existência foram destituídas do usufruto de acesso a bens, riquezas e ascensão social, produzidas pela sociedade, vidas marcadas pela ausência de justiça social, políticas públicas de saúde, educação, habitação e emprego (Borges, 2018).

Assim sendo, a particularidade em escolher como público alvo mulheres negras, se deu pelo fato de que estas constituem a injunção da trajetória marcadas pelo sofrimento da tripla discriminação (gênero, raça e classe), ambas interligadas, e estas violência vivida pelo machismo, pelo racismo e pelas desigualdades sociais se repetem cotidianamente, e em situação de encarceramento essa violência atinge dimensões ainda maiores. Sabe-se que os efeitos, em especial, do racismo incide diretamente na construção da identidade e formação desses sujeitos, e que as ações racistas perpetuadas ao longo dos anos cristalizam sentimentos de inferioridade e de não pertencimento.

Minha motivação para este estudo surge do anseio de continuar os estudos iniciados no grupo GT- Negros na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que se desdobrou para a pesquisa de mestrado e assim pretendo dar continuidade no doutorado. Foi a partir das oficinas realizadas com mulheres no Alojamento Feminino do Presídio Regional de Santa Maria- RS, local este onde tive o primeiro contato com a situação desumana e descaso que vivem as mulheres em situação de privação de liberdade, na ocasião fiquei estarrecida, sensibilizada e abalada emocionalmente com o grande número de mulheres pretas e pardas naquele lugar, mais ainda por me deparar com algumas jovens mulheres que eu havia conhecido e estudado na infância e adolescência, o que me deixou muito reflexiva e inquieta sobre quais motivos as levaram a transgredir a lei, pois eu como uma mulher negra de origem periférica, trilhei um caminho diferente de estudo e trabalho e mesmo apesar dos



atravessamentos e dificuldades enfrentadas pelas desigualdades de acesso a mobilidade social, pelo preconceito e a discriminação serem as mesmas que as delas, consegui me graduar em psicologia, realizar meu grande sonho de fazer mestrado e ir além daquilo que sempre pensei ser algo inalcançável que hoje está se materializando de estar no doutorado.

Então por meio destas oficinas percebi a relevância e urgência de ações em saúde mental para este público, além do aprofundamento de pesquisas que privilegiem o entendimento dos causadores externos incidentes e causadores do sofrimento psíquico e a sua possível relação com o racismo, desde micros agressões, ou seja, cotidiano das relações interpessoais, até as macros agressões consolidadas pelo racismo institucional perpetuado e sentido ao longo da vida por estas mulheres pretas. Deste modo dedico meu trabalho e a pesquisa a estes extratos sociais invisibilizados, negligenciados e violentados tanto pelo Estado, como pela sociedade e pelo sistema penal.

Este estudo partiu do convite do grupo de extensão ao qual integrava para realizar uma oficina alusiva as atividades ao dia nacional da consciência negra. Tal oficina foi realizada no Presídio Regional de Santa Maria e teve como base a mediação dos escritos da escritora Carolina Maria de Jesus através da leitura e a escrita de arquivamento da própria Vida. Naquela ocasião, para marcar o encerramento da Semana Municipal da Consciência Negra, apresentamos às aprisionadas, a escritora Carolina Maria de Jesus, catadora, semialfabetizada e que tinha o hábito de registrar os acontecimentos da Favela do Canindé, onde morava, num diário, mais tarde publicado com o título Quarto de Despejo (Jesus, 2004).

O objetivo foi promover ressignificados aos acontecimentos vividos pelas aprisionadas após cumprirem suas penas, pelo autoconhecimento e identificação, buscando em suas memórias experiências lembradas em um movimento de subjetivação, assim como destacar as narrativas sobre a experiência no cárcere, sublinhando os efeitos da prisão sobre o sofrimento psíquico com destaque para as reivindicações quanto ao atendimento de políticas públicas de assistência à saúde mental, bem como suas repercussões raciais e de gênero.



As participantes da oficina foram incentivadas a escrever sobre suas experiências de vida. A simplicidade dos escritos de Carolina Maria de Jesus revela uma mulher obstinada, que enfrentou grandes desafios, nunca desistiu dos seus sonhos, além de ter sido uma mãe amorosa e muito envolvida com a garantia da subsistência dos filhos, qualidades que qualquer mulher, em especial em situação de privação de liberdade, se identificaria. A leitura de Quarto de Despejo, Jesus (2004), remeteu a estas, a percepção da autora de registrar eventos marcantes do seu dia a dia, numa permanente busca de ter sua identidade reconhecida.

A participação das aprisionadas nas oficinas ocorreram de forma voluntária, no primeiro encontro foi apresentado fragmentos da obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus, interessadas ficaram em conhecer mais das obras da escritora, e desfrutar de um momento de descontração, além de poder produzir e mergulhar em suas narrativas, contribuindo para se tornarem protagonistas de sua história, ao entrar em contato com o seu universo psíquico.

Os encontros ocorreriam quinzenalmente, e em cada encontro era lido, por nósicineiras, partes do livro Quarto de Despejo, até finalizar a obra, após era pedido que as participantes escrevessem sobre o que ouvirá relacionando com suas histórias de vida tanto no singular como na terceira, pois muitas criavam personagens para narrar sobre suas histórias. Infelizmente após quatro meses as oficinas foram interrompidas por ordem da direção do estabelecimento penal, nos foi alegado que por falta de efetivo não havia como garantir nossa segurança e quando o efetivo fosse normalizado iriam nos comunicar para retomar as oficinas, porém não foi o que ocorreu, não nos permitiram mais realizar as oficinas.

Pode-se afirmar que a oficina operou como uma espécie de catarse em grupo, por meio do diálogo e da troca mútua de relatos de experiência, amenizando, quiçá, o sofrimento psíquico. Conferindo-as um estado benéfico psicossocial e mental, com vista a um desfecho positivo para suas vidas, proporcionado pela afirmação da identidade como um lugar de alimento e mergulho no seu interior e ressignificando acontecimentos para projetar e escrever uma outra história após cumprirem suas penas.



Logo em seguida, as aprisionadas solicitaram que a Oficina tivesse continuidade. A diretoria do presídio permitiu que as oficinas, fossem então realizadas, quinzenalmente, com duração de uma hora. No primeiro mês, operou da forma que se esperava, ou seja, a cada 15 dias. Já, no segundo mês nos foi informado que as oficinas só poderiam ocorrer uma vez por mês, por motivos de segurança, pois o contingente de agentes carcerários e policiais militares estavam lotados em outros locais que demandavam mais urgência. Assim seguimos por mais alguns meses ofertando as oficinas.

Participaram das oficinas quinze aprisionadas, que foram liberadas pela diretoria, de acordo com o quesito bom comportamento. Para mediar tal prática permanecemos utilizando a obra de Carolina Maria de Jesus, a escolha por esta escritora deu-se pelo fato de as mulheres em situação de privação de liberdade se identificaram com a obra.

Nessa ocasião alguns participantes preferiram não escrever e só ouvir, outras reproduziram o que ouviram nos trechos de leitura que embasaram e nortearam a oficina. Contudo, para fim de aproveitamento e validação de informações foram aproveitadas apenas três cartas que atenderam ao critério dos registros das mulheres negras. Importante ressaltar que foram aceitas para a participação das oficinas todas as mulheres que assim desejaram, sem imposição de recorte racial, pois entende-se que os fatores que acomete as mulheres em geral na condição de aprisionamento são semelhantes, mas nesse estudo o tocante foi a questão racial, assim sendo fator condicionante para a participação na pesquisa.

Como critério de inclusão desse estudo foram considerados alguns trechos relevantes para análise e discussão da pesquisa, selecionados pelos critérios ser escrito por mulher, especificamente negra, e que trouxessem relatos referentes ao cotidiano, antes e após o ingresso ao sistema penal, as condições de saúde mental e a forma como as unidades prisionais administram e dão vazão a esta demanda. Para tanto, optei por uma abordagem qualitativa visando a compreensão dos dados apresentados ao longo da pesquisa, tomando como base os documentos/cartas escritos pelas aprisionadas nas unidades prisionais.



A estratégia metodológica empregada para análise das cartas foi a teoria fundamentada nos dados, de acordo com Strauss e Corbin (2008), e com base na apresentação proposta por Cappi (2017), abordar estratégia que pretende deixar falar os protagonistas dos discursos para compreender seus pontos de vista, evitando, assim, a verificação prévia de uma proposição teórica específica e, ao mesmo tempo, investindo na teoria a partir dos dados observados. O foco desta abordagem é “construir uma formulação teórica enraizada em dados empíricos, essencialmente qualitativos. Tratando-se de articular a análise rigorosa e sistemática à possibilidade de dar conta da riqueza e da complexidade da realidade” (Cappi, 2017).

As oficinas seguiram com a leitura e análise de fragmentos da obra da autora, onde cada participante foi incentivada a escrever sobre suas experiências de vida. Empregou-se, para nortear as escritas, o método do “Arquivamento do Eu” teorizado e utilizado por Artiéres, como prática de arquivar a própria vida, isto é, “é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artiéres, 1988). Ou seja:

o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (Artiéres, 1988, p.29).

Coadunando, Foucault (1967) salienta que é possível conhecer o sujeito por meio do movimento de subjetivação, com a escrita de um diário ou uma autobiografia, arquivar papéis, uma vez que a objetivação do sujeito como efeito da subjetivação, se dá pelos saberes e pelos poderes que o envolvem, construído na relação com a exterioridade, a subjetividade, histórica e socialmente produzida.

Nesta perspectiva procurou-se exatamente entender e evidenciar a mediação entre linguagem e a realidade socialmente construída em relação aos relatos, de vozes amordaçadas dentro do espaço prisional. Ao encontro como salienta Conceição Evaristo (2007):



Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a seu auto inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (Evaristo, 2007, p.21).

De tal modo estes dados formam um esquema articulado com a investigação realizada de base bibliográfica, documental e o estudo de campo, permitindo constituir uma teoria confiável embasada em referencias, de perspectivas variadas e de fontes ricas e estáveis. Ou seja, é uma teorização, que denota

...o ato de construir(...), a partir dos dados, um esquema explanatório que integre sistematicamente vários conceitos por meio de declarações de relações. Uma teoria faz mais do que gerar entendimento ou pintar um quadro vivo. Ela permite aos usuários explicar e prever fatos, fornecendo, assim, diretrizes para ação (Strauss & Corbin, 2008, p.37).

Não obstante para Foucault (2010) o discurso e os saberes se veiculam por meio que não são neutros, mas constituídos por relações de poder que produzem categorias e hierarquias sociais não só entre os saberes, mas também entre os sujeitos. Segundo o autor, de fato não existe o discurso como uma substância que tem existência a-priori, mas sim uma função discurso, ou seja, o discurso é uma função e não um objeto dado, desta forma, o discurso pode exercer diversas funções ao mesmo tempo, podendo atuar como funções políticas, econômicas, sociais, entre outras.

Mediante ao exposto, a análise do discurso empregada neste estudo teve como fundamento analisar os relatos referentes às condições do cárcere e as consequências a saúde mental, assim como diante da percepção das aprisionadas se o tratamento administrado pelo estabelecimento penal é suficiente para mitigar o sofrimento psíquico advindo do encarceramento, isto é averiguar a situação de cárcere, as condições biopsicossociais antes, durante e após o ingresso ao cárcere.

O tratamento das informações utilizadas nesse estudo prezou pelo respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como a liberdade e garantias individuais. Com o compromisso e responsabilidade de assegurar o anonimato das envolvidas nos registros, sigilo e confidencialidade dos dados pessoais, assim como preservar os processos internos de funcionamento dos órgãos envolvidos com a pesquisa.



No decorrer das oficinas surgiram minhas inquietações referente à condição da mulher negra no cárcere, e como isto reflete na saúde mental e forma como são administrados os tratamentos em saúde mental nas unidades prisionais e como estes estão em consonância as políticas públicas de assistência à saúde das aprisionadas.

Tais fragmentos saltou-me aos olhos a trajetória de descasos e violência que muitas mulheres passam até ter seus destinos final no encarceramento, e mais uma vez o estado que disse lhe reeducar negligencia, violenta e causa ainda mais traumas, defesas e revoltas. A política de morte que chegou ao seu ponto máximo de efeito sobre nós, quando passam a desejar a nossa morte física e simbólica. Tudo isto são fatores que explicam muito por que muitas pessoas negras se expõem a riscos desnecessários e aceitam relações de abusos, exploração e violência.

Além disso, com alguns relatos das aprisionadas, foi possível perceber o quanto o sistema de justiça é condicionado a punir mais a mulher do que o homem, mesmo esta, ocupando “cargo” inferiores no universo do tráfico de drogas, cabe a ela uma maior pena por estar transgredindo algo avesso a sua “natureza” dócil e imaculada, conforme circunscrito pela construção social do sexo feminino.

Nesse ponto é interessante discorrer também sobre o sofrimento psíquico causado pelas injustiças sociais, e o quanto isto impacta não só a pessoa que perde a sua liberdade mais na sua família, principalmente sobre sua prole. Fato confirmado pelos dados e as teorias mencionadas logo adiante nesta pesquisa.

#### - Relato 1:

“A população carcerária está sofrendo uma verdadeira tortura (crime hediondo) por parte do Estado. Estamos sofrendo tortura psicológica, física, sem nenhuma dignidade humana, nem mesmo com a nossa saúde. Se a gente chega lá com problema no coração, na cabeça, no peito ou em qualquer outra parte do corpo, o único diagnóstico que ele passa é problema de ansiedade e receita Clonazepan, ou seja, remédio para dormir e vai embora[...]” (T.G.)

Este relato demonstra que a medicalização funciona como prática disciplinadora dos corpos femininos e da vida, para atenuar os problemas sociais, encobrir falhas do sistema, para manter as aprisionadas dóceis e alienadas as péssimas condições que estão submetidas, para que não se revoltem não reivindiquem seus direitos e se comportem conforme é espero pela construção social do sexo feminino, a fim de manter o status quo social, e a marginalização social de mulheres pobres e não brancas.



Tais fragmentos confirmam o estudo de Vieira (2002) que destaca a medicalização com psicofármacos como uma forma de intervenção na proposição da vida, na interpretação dos fatos e no saber das experiências sociais. A medicalização como um processo que surgiu com a modernização social e com a medicina social, incidindo sobre o livre arbítrio, a subjetividade, e a interação dos indivíduos com a sociedade, moldando as experiências de vidas que passaram a ser reguladas por condutas ditadas pelo conhecimento científico, originadas das interações do cotidiano social com as normas jurídicas-políticas (Vieira, 2002).

Não obstante, Baságliá (1985) considera que o uso abundante de medicamentos psicotrópicos é uma forma de violência, pois limita e incapacita as pessoas, o uso de medicamentos controlados mascara um lado obscuro, que não é somente para tratar a doença, mas sim é uma forma de defesa e contenção que as instituições empregam em detrimento do sujeito, isto é, a contenção química é uma prática disciplinadora que opera por meio de uso de medicamentos, é um método alienante para conter os ímpetos “agressivos”, impossibilitando que os sujeitos confrontem e acessem informações sobre sua realidade, seus direitos dentro e fora do cárcere.

Além do mais a constituição do corpo físico e do psicológico é soma das experiências vividas e internalizadas. O corpo como realidade biopolítica individual torna-se nocivo ao social, necessitando a construção de vidas coletivas que intervenham nas relações cotidianas, tendo como base a medicalização psicotrópica como aporte do poder, e do que se pode fazer, dominando, sujeitando e desqualificando para formar indivíduos eticamente aceitos socialmente. Nesse contexto a medicalização do corpo feminino opera como:

Um dispositivo social que relaciona questões políticas mais gerais, a partir de questões populacionais, aos cuidados individuais do corpo feminino, normatizando, administrando e regulando os aspectos da vida relacionado à reprodução humana. A medicalização do corpo feminino, com o desenvolvimento técnico da medicina, permite a formação e manutenção da sociedade em relação às questões de saúde que envolvem a reprodução humana, ao elaborar ideias que através de uma racionalidade moderna e científica, visam ao entendimento e consequentemente intervenção nesse corpo como estratégia social (Vieira, 2002, p.24).

Este cenário de banalização do uso de medicamentos psicotrópicos é perceptível no contexto prisional, sobretudo, mais prevalente das prisões femininas, porquanto “existem penitenciárias no país em que 80% das mulheres encarceradas estão sob efeito de antidepressivos e/ou ansiolíticos” (Brasil, 2017). Em



outras palavras, o uso indiscriminado e não controlado de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos é justificado pela esperança de aliviar as pressões do cárcere, as ausências de visitas familiares, o isolamento social e para torna-las mais toleráveis à privação da liberdade.

Contudo a contenção química de psicofármacos é a maneira simplificada de administrar a cadeia, e controlar “revoltas”, devido a uma complexidade de fatores que impedem que outros meios psicoterapêuticos sejam ofertados, que vão desde a falta de recursos financeiros, até a má vontade de quem deveria prover outros meios de mitigar as causas dos sofrimentos psíquicos. Ressalto que há casos que é necessário o emprego de medicações para sanar problemas orgânicos e fisiológicos, porém o uso constante sem a previsão de outros meios de reduzi-los pode se torna uma estratégia viciante e alienante, demonstrando um modelo de não ressocialização, não preconizado como a melhor forma de tratar com dignidade, segundo os preâmbulos dos direitos humanos, reeducar, promover saúde e ressocializar.

Tais situações de espoliação, controle, opressão de corpos negros só é possível quando este é o sujeito é subjugado psiquicamente. As experiências contínuas de humilhação e a sensação de inadequação e desvalorização permitem a exploração, na medida em que acentua a vulnerabilidade de hostilidades sexuais.

A violência racial, explícita ou velada, vivenciada cotidianamente pelas pessoas negras, ao longo de sua existência, ainda não foi superada. Observa-se que geração após geração, essa marginalização continua sendo sustentada, caracterizando uma subjetividade racial negra adoecida, sustentada pela inadequação e não pertencimento. A exploração do corpo negro através do trabalho subalternizado, servil, sexual, a violência desmedida contra a população negra só é possível quando é internalizado e naturalizado.

Como a seguir ilustrado no desabafo, no recorte da carta analisada:

- Relato 2:

“... Uma vez que erramos estamos pagando nossa pena, não cabe a ninguém nos julgar, pois já fomos julgadas e condenadas e com isto só perdemos nosso direito de ir e vir, mais a nossa integridade física e moral e nossos direitos como ser humano e cidadã nós não perdemos... Não temos psicólogo e nem psiquiatra na unidade, muitas reeducandas, com problema psicológico devido as opressões da unidade e pela falta de atendimento desses profissionais acaba cometendo suicídio” (B.L.)



Este relato aponta negligências graves do Estado frente ao desrespeito com a vida da referida aprisionada, evidencia o endurecimento do sistema frente às particularidades da aprisionada, a qual relata as condições desumanas que vivem e o quanto isto afeta a saúde mental, desencadeando em sofrimento mental, ideação e comportamentos suicidas, retratado pelas várias matrizes opressoras interseccionalizadas e a violência que atinge o corpo e o psicológico da mulher negra sob a tutela estatal.

As situações extremas de sofrimentos, angústias e desesperanças relatadas pela aprisionada, levando-a a pensar, e as outras, muitas vezes ao suicídio, me fez pensar sobre as dimensões raça e gênero, considerando a integralidades dessas mulheres suas experiências como ser humano em uma sociedade complexa, as experiências violentas e traumatizantes marcantes de sua existência, mortificando suas esperanças e a vontade de continuar a viver, a ponto de desejar a morte como solução desesperadora.

Coadunando, para Fanon (1968) o suicídio é uma patologia mental a qual denominou de “psicose reacional”, desencadeada por acontecimentos históricos, psicológicos, afetivos, biológicos e do meio social, procedentes de uma atmosfera de práticas desumanas, cruel, de homicídio gratuito e coletivo de consequências psicoafetivas direcionadas contra grupos racializados. A psicose reacional trata-se de perturbações reacionais, resultando em insônia, depressão, ansiedade, perturbações de comportamento, despersonalização, sentimento de inferioridade, inadequação e em sua forma mais severa pode causar psicotizações secundárias e suicídios.

As emoções são mecanismos usados pelos grupos dominantes para manter o controle e coerção social, a culpa e a vergonha, especificamente, foram construídas ideologicamente com função de manter a ordem social excludente, pois o corpo como biológico, também é emocional e social, sua morte não se trata apenas da falência de seus órgãos, mas pode ocorrer em instâncias éticas, morais, pela invisibilidade social e pelo apagamento histórico das raízes e origem de grupos raciais excluídos, marginalizados e explorados histórico e socialmente, uma estratégia política e eficaz para destruir a autoestima da população negra (Sawaia, 2010).



Segundo Fanon (1968) as pessoas pertencentes a grupos racializados e oprimidos tendem a se suicidar com maior frequência do que as pessoas brancas. As microagressões sofridas cotidianamente que tem efeito devastadores sobre a subjetividade da população negra. As dificuldades raciais diárias, os insultos raciais depreciativos ou negativos, a externalização de estereótipos ignorados e invisibilizados são processos que corroboram para que as pessoas negras cometam suicídio. Para o autor o suicídio é resultado da melancolia, uma doença da consciência moral, com sua raiz produzida pelo racismo científico que limita a possibilidade de ascensão e mobilidade social, diante de um comportamento cientificamente explicável, que atinge a condição social de diferente e desigual em termo de adaptação e evolução.

Da mesma forma para Costa (1986) a violência é o problema central do racismo, a pessoa negra é violentada de forma constante, continua e cruel. A violência racista tende a destruir a identidade do sujeito negro, com o seu correlativos sentimento de despersonalização, subtraindo do sujeito a possibilidade de explorar, e de extrair todo potencial criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir, tendendo a banir da vida psíquica e todo pensamento de prazer, em função disto o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão, constituindo em um pensamento mutilado em sua essência, forçado a não representar identidade real do sujeito.

A prisão funciona como um mecanismo de exclusão, marginalização, opressão e violência (em todas as suas formas) traz uma série de impactos negativos para a saúde mental das pessoas aprisionada, exposta a diversos e a altos níveis de estressores psicológicos graves e crônicos, até mesmo após libertas. (Willians & Priest, 2015).

Para Alexander (2017) o sistema de justiça criminal, assim como todas as instituições que estão compreendidas, formam uma teia maior de leis, regras, políticas e costumes, que controlam aqueles rotulados como criminosos dentro e fora da prisão, pois opera como porta de entrada para um conjunto de estigmas raciais e marginalização permanente. Desta forma o aprisionamento, não acontece apenas nas grades físicas, mas também nas prisões simbólicas e mentais, invisíveis aos nossos olhos, principalmente no caso das mulheres negras e pardas, como um mecanismo de submissão permanente a uma cidadania de segunda classe, incluídos em um submundo oculto de discriminação naturalizada de exclusão permanente.



Conquanto o sofrimento psíquico emerge das vivências cotidianas, da situação de desigualdade social, da negação da possibilidade de apropriação a produção material, cultural, social e mobilidade aos espaços público e ascensão social. Os sentimentos e as emoções são constituídos de elementos sociais constantemente em construção histórica, oriundos das situações de subjugação, do estigma de inferioridade e subalternidade, de sem valor, da sensação de incapacidade, de impotência, de inadequação e do não reconhecimento como parte da sociedade (Sawaia, 2010).

A exclusão é entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro, ela gera a desvalorização, os excluídos moralmente são considerados, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão assume formas severas como o não reconhecimento do outro como ser humano, ela desumaniza, causando e legitimando discriminações e genocídios dos indesejáveis. No entanto as inibições, repressões e fracassos vividos por um grupo geram nele cargas de rancor que podem explodir, da mesma maneira que, em nível individual, o medo ou a angústia liberam e mobilizam no organismo forças incomuns (Bento; Carone, 2002).

Para Willians e Priest (2015) a justificativa para todas estas mazelas está no racismo como combustível da exclusão, dos conflitos e das privações no mundo contemporâneo, arraigado no tecido social, assim como instituído na elaboração e formulação, implementação de políticas públicas e sociais, ele opera em conformidade a atender um determinado extrato social, de forma basilar e incipiente, perene a mitigar injustiças sociais e não como um processo transformador das estruturas sociais institucionalizadas pelo racismo.

O racismo produziu e mantém traumas históricos criando estressores contemporâneos como a discriminação, o desemprego, as dificuldades financeiras, a violência entre outros. O colonialismo relaciona o impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e da identidade humana quanto a situações individuais se relacionam com o desenvolvimento e preservação política e social das instituições. O racismo estrutural criou as condições ambientais para que agentes do Estado encarcere em massa e mate pessoas negras, este tipo de comportamento não passa mais pela racionalidade ele já é naturalizado, tornou-se um padrão que se sustenta em crenças racista seculares que associam cor de pele ao perigo iminente, causa danos desastrosos para a saúde mental da população negra (Bento; Carone 2002).



Nada obstante Alexandre (2017) adverte que os danos e efeitos social e psicológico causado pelo estigma do aprisionamento, gera nas pessoas negras e pardas baixa autoestima, sentimento de não dignidade, sem valor e pertencimento, impulsionado pelo medo e vergonha, que resultam na repressão do pensamento público, na negação coletiva e não problematização do racismo institucional como causa das experiências vividas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim este estudo objetivou também retratar o quão incipiente são as pesquisas em relações saúde mental a saúde mental de mulheres, sobretudo negras, aprisionadas no Brasil. Ainda mais quando se trata de pesquisas interseccionais no caso de mulheres negras. Percebe-se também que as teorias raciais, eugenista e racismo científico ainda tem forte influência sobre a leis e instituições brasileiras, refletidas no desempenho de funções sociais e políticas. O estudo em saúde mental parece ter pouca percepção das relações étnico-raciais deletérias no Brasil, e não está fora de o contexto inferir o mesmo com relação aos profissionais da saúde.

Contudo é urgente um esforço de releitura, sob um olhar crítico das teorias eurocentradas quando em adoção de teorias afro-centradas. Não podemos ignorar os aspectos políticos e sociais geradores de problemas mentais e sociais. É necessário que consideramos mais o coletivo, desapegando da ideologia dominante e abrir-se para outras formas epistemológicas para instrumentalizar as práticas metodológicas.

Para romper com este ciclo é preciso trazer a luz a invisibilidade do encarceramento feminino, em especial as mulheres negras que estão neste contexto de vulnerabilidade e precarização. O acesso à informação aos seus direitos e aos serviços de saúde de qualidade são estratégias importantes para as multifaces que compreendem este contexto, por meio da produção de mais pesquisas que atentem a subjetividade e o que está oculto no sofrimento psíquico que aflige e mortifica estas mulheres.

Do mesmo fomentar ainda mais a discussão do racismo como um determinante social da saúde, por está compreendido como um determinante social trata-se então de um problema político, econômico que deve ser resolvido com políticas públicas, as saúde física, mental, espiritual da população negra deve ser pensada e estruturada como uma efetiva e eficiente política pública de reparação e de justiça social.



Além de tudo o sistema prisional violenta física e psicologicamente as mulheres negras, o descaso e a falha na implementação de políticas públicas de saúde materno infantil, a mental o isolamento social e o abandono familiar também são fortes fatores de adoecimento psíquico e mortificação destas.

Propõe-se que as informações aqui mapeadas e sistematizadas, oriundas da coleta de dados possam servir de indicadores sociais à auxiliar posteriormente na formulação de soluções e tomada de decisão, assim como outras pesquisas tornando possível refletir sobre estratégia de enfrentamento de combate ao racismo e a desigualdade de gênero e mudanças estruturais nas políticas públicas de saúde mental voltada as mulheres negras em situação de privação de liberdade.

Contudo com este estudo busca compreender , também dar visibilidade aos problemas ocasionados pelo do uso e o comercio de pequenas quantidades de entorpecentes ilícitos como um problema de saúde pública , consistindo em analisar as raízes multifatoriais , que vai além do biológico , imersa a um contexto em que o Estado faz o uso do arbítrio e da violência sobre as populações e grupos sociais socio-historicamente marginalizados , por isso a relevância desvendar o sistema prisional partir de quem o integra, revelando imagens sobre a sociedade e seus pactos estruturais políticos que costumam ser obscurecidos.

Para que esse conhecimento possibilite a discussão de intervenções multiprofissionais em saúde pública coletiva e global, contribuindo para medidas efetivas pautadas na política de redução de danos visando tratar cada caso em suas especificidade, singularidade e individualidade , assim como fomentar o debate sobre a possibilidade de aplicar penas alternativas ,as mulheres provedoras de suas famílias e com filhos menores de idade , que ocupam lugares de subalternidade na hierarquia do tráfico , com foco a uma ressocialização de fato , com qualificação profissional, geração de emprego e renda como meio de promoção de saúde mental e bem viver.

## AGRADECIMENTOS



À Pró-reitora de Pesquisa da Universidade Estadual de Santa Cruz pelo financiamento da pesquisa (projeto nº. 00220.1600.1834) e pelas iniciações científicas voluntárias. A Capes.

## REFERÊNCIAS

Alexander, M. (2017). A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo.

Artières, P. (1988). Arquivar a própria vida. Revista estudos históricos, 11(21), 9-34.

Baságli, F. (1985). A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico (Heloísa Jahn Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

Bento, M.A.S (org.); CARONE, I (org.).(2002) Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento. 2. ed. São Paulo: Vozes. v. 1. 189p.

Borges, J. (2018). O que é Encarceramento em Massa. Belo Horizonte, MG: Letramento.

Brasil. (2017). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres. 2ª. Edição. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em:[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres\\_rte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_rte_07-03-18.pdf). Acesso em: 05 jul. 2018.

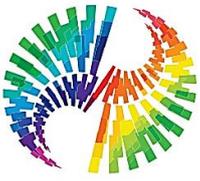
Cappi, R. (2017). A "teorização fundamentada nos dados": um método possível na pesquisa empírica em direito. In: Machado, M.(Org.). Pesquisar empiricamente o Direito (pp. 391-422). São Paulo, SP: REED.

Costa, J. F. (1986). Violência e psicanálise ( 2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

Evaristo, C. (2007). Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: Alexandre, M. A. (org.). Representações performáticas brasileiras. Belo Horizonte, MG: Mazza.

Fanon, F. (1968). Os Condenados da Terra (Trad. José Laurênio de Melo). Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A.

Foucault, M. (1967) As palavras e as coisas (Trad. António Ramos Rosa). Lisboa: Portugalia Editora.



Foucault, M. (2010), 1926-1984, C II' 'de France (1975) Em defesa da sociedade: Curso College de France (1975/1976) (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Jesus, C. Maria de. (2004). Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves.

Ministério da Justiça, portaria interministerial nº 210. (2014). Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Brasília: MJ.

Ministério da Saúde (2007). Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

Ministério Público. (2013). A visão do Ministério Público Brasileiro Sobre o Sistema Prisional Brasileiro. Brasília: MPF.

Sawaia, B. (2010) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (10a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Strauss, A & Corbin, J (2008). Pesquisa Qualitativa: Técnica e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada (2a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

Vieira, E. M. (2002). A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Willians, D. R., & Priest, N. (2015). Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. Sociologias, 17, 124-174. Recuperado de <https://www.scielo.br/ij/soc/a/TdR6VjTkrwxhqWcHf9VM9Fp/?lang=pt>